CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 50/90 - PROC SE nº 129/90

INTERESSADA: ESTER APARECIDA RIBEIRO TAVARES

ASSUNTO: Recurso contra avaliação de provas - Colégio "Ave Maria"

RELATORA: Cons^a CLEUSA PIRES DE ANDRADE

PARECER CEE Nº 253/90 - - APROVADO EM 28/03/1990.

Conselho Pleno

1. HISTÓRICO

A Sra. Ester Aparecida Ribeiro Tavares requereu, inicialmente, aos 14 de dezembro de 1989, à Delegacia de Ensino de Campinas, revisão da avaliação das provas de recuperação de Ciências Físicas e Biológicas que determinaram a retenção de sua filha Cláudia Cristina Ribeiro Tavares de Almeida, na 7ª série do 1º grau do Colégio "Ave Maria", de Campinas.

Em sua petição, expõe a requerente que, em 1988, a filha já cursara e fora retida na 7ª série, após ter-se transferido, no 2º semestre, do Colégio "Santa Marcelina", de São Paulo, para o "Ave Maria", de Campinas. Refez a 7ª série, em 1989, com aproveitamento regular; foi encaminhada a estudos de recuperação em História e Ciências, conseguindo aprovação com conceito Bom no primeiro componente curricular, ficando, todavia, retida, no segundo. A média de aprovação é o conceito Médio, que equivale à nota 6,0.

Contestou, a mãe, a avaliação do professor, considerando que uma análise das questões, computando-se as respostas meio certas, demonstra um total de pontos equivalente ao conceito Médio. Um trabalho realizado para ser considerado como atividade de recuperação, não foi avaliado.

O pedido, em nível de escola, foi analisado pelo professor de Ciências Físicas e Biológicas que contrapôs-se às afirmações da mãe expondo que o critério de correção, na forma como o deseja a requerente não corresponde à realidade e "provoca um desvirtuamento do conceito final. "Esclareceu que cada questão tem "uma porcentagem de valor atribuído de acordo com a importância da questão e com o número total de questões da prova." A aluna teve uma porcentagem equivalente a 50% do total da prova, o que, pelo regulamento do Colégio indica um aproveitamento "fraco". Contestou as respostas que a mãe avaliou como corretas, na segunda prova de recuperação, considerando que a aluna não foi precisa e objetiva ao respondê-las e, por isso, atribuiu-lhes apenas metade do valor. A respeito do trabalho, disse considerá-los, todos, uma forma de

aprendizagem e não um item do programa, com peso de nota, capaz de alterar a avaliação final. Concluiu, considerando que uma nova revisão só fez alterar para menor o conceito final da aluna, que de Fraco passou a Sofrível. (fls. 19, 20 e 21 do apensado).

A equipe de direção e coordenação do Colégio "Ave Maria", contudo, manifestou-se favorável à aprovação da aluna dado seu aproveitamento geral. À vista disso, a própria direção, a pedido da mãe da aluna, requereu uma decisão, a respeito da sua aprovação ou retenção, ao Conselho Estadual de Educação.

O registro de resultado das avaliações, no Colégio "Ave Maria", segundo a 1ª DE de Campinas, é efetuado sob a forma de menções: ótimo (aluno em faixa 30% superior ao mínimo estabelecido); Bom (20% acima do mínimo); Médio (aluno que atingir o mínimo proposto); Fraco (aluno em faixa 20% inferior ao mínimo); Sofrível (aluno com dificuldades em faixa 30% aquém do mínimo); Insuficiente (aluno que demonstra não poder atingir o mínimo estabelecido).

No cômputo geral das menções, ao longo do ano letivo de 1989, obteve a aluna nos diferentes componentes curriculares 1-"O" (Ótimo) 8-"B" (Bom); 19 "M" (Médio); 5- "F" (Fraco); 2- "S" (Sofrível) e 1- "I" (Insuficiente). Concluiu a DE que dentre as 36 menções anuais obteve a aluna 28 que registram um bom desempenho (de Médio para Ótimo). Apresentou um fraco desempenho apenas em Ciências Físicas e Biológicas. À vista disso, entendeu a 1ª Delegacia de Ensino de Campinas que mais uma retenção não traria nenhum benefício à aluna, pois na análise global apresenta condições de cursar a 8ª série, em 1990;

Observa que terá condições de desenvolver o aprendizado da matéria Ciências, na 8ª série e em todo o 2º grau a partir de um ensino mais vinculado ao cotidiano do aluno, a sua capacidade de observar, de relacionar o desenvolvimento científico e o desenvolvimento econômico e social. Opinou o Sr. Delegado de Ensino pela não-retenção da aluna (fls. de 17 a 20 do apenso).

Juntados ao expediente vieram:- provas da aluna (de fls.04 a 11); histórico escolar (fls. 14 e 15); ficha individual (fls. 16). Via Gabinete do Secretário, os autos foram encaminhados ao Conselho Estadual de Educação.

2. APRECIÇÃO

Trata o presente de pedido para que este Colegiado decida sobre a promoção ou retenção da aluna Cláudia Cristina Ribeiro Tavares de Almeida, à vista dos dados expostos no Histórico.

É um caso peculiar visto que a retenção ocorreu na 7ª série do 1º grau, do Colégio "Ave Maria", 1ª DE de Campinas, no componente curricular Ciências e foi referendada pelo professor; o Colégio, no entanto, bem como a 1ª Delegacia de Ensino de Campinas sugere a promoção da aluna, porém não a determina, propondo que este Conselho Estadual decida o caso.

Sendo escola da rede privada, as determinações da Resolução SE 235/87 não são extensivas ao Colégio "Ave Maria"; supõe-se que por essa razão o parecer favorável da Delegacia de Ensino não teve caráter decisório, de acordo com os termos da Resolução citada. Observa-se, contudo, que a tramitação do processo e sua análise, seguiram as diretrizes emanadas daquela Resolução.

Apesar desse aspecto duvidoso quanto à aplicabilidade da decisão final da Delegacia de Ensino, o que se destaca, todavia, é a postura da escola, que, conquanto favorável à aluna, também não determinou a sua promoção. Não foi encaminhada cópia do Regimento Escolar do Colégio "Ave Maria" e nem a Delegacia de Ensino o menciona; portanto, não se sabe se suas disposições dão amparo ao ato formal de promover o aluno, via Conselho de Classe.

Este Conselho Estadual de Educação tem sempre insistido, em suas manifestações, sobre a autonomia das escolas (seu corpo administrativo, docente e de apoio pedagógico). São elas que têm, certamente, mais condições de avaliar o aluno em seu todo, orientá-lo e tomar as medidas cabíveis para o desenvolvimento de suas capacidades, à medida que esse processo de afasta da escola, torna-se muito difícil o estudo do caso e, este Colegiado, ao se envolver na análise dos aspectos pedagógicos do processo ensino - aprendizagem - avaliação tem deparado com situações de inequívoco desrespeito ao direito fundamental do aluno, se observadas apenas as normas da Lei Federal 5692/71: - o direito de aprendizagem, sob diferentes formas de abordagem, de apreensão do conteúdo através de recuperação contínua, no decorrer do ano letivo, de avaliação global de seu desempenho, qualitativo e não quantitativo. Vê-se então este Colegiado na contingência de interferir para resolver uma situação de injustiça, assumindo, à revelia, um papel que cabe à escola. É preciso, portanto, como já inúmeras vezes foi reiterado, que a rede como um todo e cada equipe escolar,

façam uma reflexão profunda sobre o processo de avaliação e recuperação, no sentido de:

- oferecer ao aluno a oportunidade de suprir as suas deficiências de aprendizagem no decorrer do processo pedagógico;
- levar em conta a aprendizagem do aluno ao longo do ano letivo;
- rever as programações dos períodos bimestrais, atendendo às necessidades do alunado;
- incorporar, em seus Conselhos de Classes as normas emadas nos Pareceres e Deliberações do CEE e Resoluções da Secretaria da Educação, proporcionando aos alunos a recuperação paralela e o trabalho individualizado de orientação, acompanhamento e avaliação de estudos além de um trabalho com os pais sobre o rendimento escolar de seus filhos;
- questionar acerca dos propósitos educacionais da escola e consistência técnica de seu processo de avaliação.

No Parecer CEE 890/85, vem clara a postura deste Colegiado a respeito do princípio de autonomia que devem ter as escolas:

"A autonomia da escola é saudável e democrática a medida que permite contemplar as necessidades e aspirações dos diferentes segmentos sociais que têm direito ao ensino básico.

Mas a autonomia escolar não é absoluta. O espírito das leis do ensino condiciona seu exercício ao compromisso com os objetivos e funções sociais da escola e com aquilo que é pedagogicamente possível esperar de cada criança ou jovem nas suas condições concretas de vida material, cultural e psíquica." (grifos nossos)

Acredita-se que a equipe de direção e coordenação do Colégio "Ave Maria" tenha, sob esse prisma, analisado a situação de sua aluna e decidido pela sua promoção. É uma atitude que deve ser louvada, pois carajosa, uma vez que ao fazê-lo reconheceu falhas em seu processo de ensino e avaliação e viu condições da aluna superá-las, na própria escola. Não assumiu a decisão, contudo, o que poderia fazê-lo mediante convocação de reunião de Conselho de Classe, ou de Escola ou de todo corpo técnico-pedagógico, conforme dispuser seu Regimento Escolar.

Assim, à vista do que analisou o Colégio "Ave Maria" e do parecer bem fundamentado da Delegacia de Ensino de Campinas, sugere-se que o corpo docente da escola e seu grupo de apoio técnico-pedagógico, em reunião, homologuem a decisão já firmada de promover a aluna, seguindo os princípios de autonomia que lhe confere a legislação.

3. CONCLUSÃO

À vista do exposto, considera-se Cláudia Cláudia Cristina Ribeiro Tavares de Almeida promovida em Ciências na 7ª série de 1989, no Colégio "Ave Maria", de Campinas, DE de Campinas, DRE de Campinas.

São Paulo, 19 de fevereiro de 1990

a) Cons^a CLEUSA PIRES DE ANDRADE
RELATORA

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 28 de março de 1990.

a) Cons^o Francisco Aparecido Cordão
Presidente